

O PLANDEB

Noelio DANTASLÉ Spinola¹

Resumo

Este artigo rememora o maior projeto de planejamento econômico realizado na Bahia e que neste ano completa meio século da sua edição. Trata-se do Plano de Desenvolvimento do Estado da Bahia – Plandeb elaborado pelos técnicos da Comissão de Planejamento Econômico da Bahia – CPE, no governo de Antonio Balbino de Carvalho Filho, sob a liderança do economista Rômulo Barreto de Almeida. Numa época em que se comemora a produção do relatório do GTDN elaborado por Celso Furtado, nada mais justa a recordação deste plano que jamais foi igualado nas experiências de planejamento baianas.

Palavras chave: planejamento regional, economia baiana, desenvolvimento regional.

Abstract

This article resembles the major economic planning project that was accomplished in Bahia and now celebrates half a century. This is about the State of Bahia Development Planning – Plandeb, that was developed by the Economic Planning Commission's technicians – CPE, during the Antonio Balbino de Carvalho Filho government, under the economist Romulo Barreto de Almeida leadership. At the time in which we celebrate the GTDN report produced by Celso Furtado, it is fair enough to bring to attention the recall of this unparalleled plan that was never matched by later planning experiences that took place in Bahia.

Keywords: regional planning, Bahia economy, regional development.

JEL: O20; O21; O25; P11; Q18; N96.

Introdução

Cinquenta anos transcorridos da sua apresentação oficial à Assembléia Legislativa do Estado da Bahia,

pelo governo de Juracy Magalhães (1958/1962) o Plano de Desenvolvimento do Estado da Bahia – Plandeb, elaborado no governo de Antonio Balbino de Carvalho Filho (1954/1958) por Rômulo Barreto de Almeida e uma competente equipe técnica², não recebeu dos governos baianos que passaram por este longo período a divulgação merecida. Juracy não simpatizava com Rômulo e o carlismo, que dominou a Bahia até 2006, consideravam-no e a sua equipe como *personae non gratae*. Disso tudo resultou ficar o plano esquecido na biblioteca da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI), consultado por um número reduzido de pesquisadores e distante do grande público acadêmico a quem muito teria servido pela detalhada análise que fez da economia baiana e da suas limitações e pela demonstração de um método de planejar que sequer foi copiado posteriormente³.

Este artigo sintetiza um capítulo do livro *A trilha perdida: caminhos e descaminhos da economia baiana*⁴, editado em 2009, onde se busca corrigir uma injustiça perpetrada pelos caprichos do mandonismo político baiano.

Antecedentes

A Bahia foi o primeiro Estado brasileiro a desenvolver a atividade de planejamento do seu desenvolvimento econômico. Seguindo a tradição de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cayru, que, no início do século XIX, editou os seus *Princípios de economia política* em que buscou difundir as idéias do clássico a *Riqueza das nações*, num esforço pouco feliz de compatibilizar o pensamento liberal de Adam Smith com a cultura vigente em uma economia escravagista, e, em 1925, de Francisco Marques de Góes Calmon, um sutil analista das perspectivas econômicas da Bahia no período de 1808 a 1889⁵, despontou Estado, nas décadas compreendidas entre 1930 e 1950, o “iluminismo baiano” no com o surgimento de uma geração de estudiosos das questões econômicas que contribuiu de forma decisiva para a formação de um ambiente intelectualmente favorável à estruturação do planejamento regional. Ressalte-se que, nessa época, também influenciou o processo de estruturação do planejamento o intercâmbio de experiências com diversas instituições científicas e técnicos estrangeiros, notadamente dos Estados Unidos da América.

¹ Doutor em Geografia pela Universidade de Barcelona. Professor do Mestrado e do Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador – Unifacs. E-mail: dantasle@uol.com.br

² Integrada por: Américo Barbosa de Oliveira (BNDE), Aristeu Barreto de Almeida (BNB/ETENE), Arthur Levy (Petrobrás), Domar Campos e Sidney Lattini (SUMOC), Lawrence Barber, Gerson da Silva, Teixeira Dias e Danin Lobo (EBAP/FGV), Renato Martins (MA) e T. Pompeu Accioly Borges (BNB), entre outros. Também colaboraram com o plano, sem integrar a equipe, Ignácio Tosta Filho, Clemente Mariani e Pinto de Aguiar.

³ O Plandeb deve ser lido em conjunto com outro estudo intitulado *Situação e problemas da Bahia – 1955: recomendações de medidas de governo*, que constitui seus termos de referência e foi maldosamente apelidado à época pelo jornal *A Tarde de Pastas Cor de Rosa*.

⁴ Publicação da Editora da Unifacs, disponível em ppdr@unifacs.br (71-32738528) e editora@unifacs.br (71-32738515)

⁵ CALMON, Francisco Marques de Góes. *Vida econômica – financeira da Bahia: elementos para a história*. (1808 a 1899). Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1925.

No primeiro plano, destacaram-se personalidades como Rômulo de Almeida, Ignácio Tosta Filho, Edgar Santos, Manoel Pinto de Aguiar, Américo Barbosa de Oliveira, Miguel Calmon du Pin e Almeida Sobrinho, Clemente Mariani Bittencourt, Thales de Azevedo, Luís de Aguiar Costa Pinto, Wanderley Pinho e Milton Santos, entre muitos outros que aqui fizeram escola, funcionando como multiplicadores de idéias no Instituto de Economia e Finanças, na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia, e na Associação Comercial da Bahia.⁶ No interior do Poder Executivo, a preocupação com o planejamento do desenvolvimento estadual teve início na década de 1930, na interventoria de Juracy Magalhães (1931/1935)⁷ que, com a colaboração de Ignácio Tosta Filho, criou o *Programa das autarquias*, o qual instituiu o sistema de defesa e fomento da produção agrícola supervisionado pelo Instituto Central de Fomento Econômico, criado em 1937 e que posteriormente seria transformado no Banco do Estado da Bahia (Baneb). Nesse período, também são criados o Instituto de Cacau da Bahia (ICB) (1933), o Instituto Bahiano do Fumo (1935), a Cooperativa Central Instituto de Pecuária e, por particulares, o Instituto de Economia e Finanças da Bahia (IEFB) (1935) que viria a ser o núcleo dinamizador do ensino de economia na Bahia.⁸ Em termos políticos, a Constituição Estadual de 1947, em seu Art. 115, já previa a criação do Conselho Estadual de Economia e Finanças (CEE), o que ocorreu através da lei n. 155 de 31.12.1948, com amplas atribuições nas áreas de planejamento e de incentivos ao desenvolvimento. Entretanto, o CEE nunca foi instalado.

Em 1949, o governador Octávio Mangabeira mandava o economista Ignácio Tosta Filho elaborar um *Plano de ação econômica para o Estado da Bahia*, documento editado pela Imprensa Oficial, em três volumes, porém pouco conhecido e que, na prática, resultou na reestruturação do ICB e em um conjunto de recomendações para obras de infraestrutura

“ ... a primeira tentativa de planejamento econômico global e criação de um sistema estadual de planejamento teve início com a integração dos esforços do IEFB, da Universidade Federal da Bahia e Secretaria da Fazenda do governo do Estado, sob a liderança de Rômulo Almeida... ”

voltadas para a economia estadual, assim como o projeto de criação do Banco da Produção – que deveria substituir o Instituto Central de Fomento Econômico, fato que, entretanto, não ocorreu.

Contudo, a primeira tentativa de planejamento econômico global e criação de um sistema estadual de planejamento teve início com a integração dos esforços do IEFB, da Universidade Federal da Bahia e Secretaria da Fazenda do governo do Estado, sob a liderança de Rômulo Almeida, ainda no governo de Antônio Balbino. (1955–1959). Em 27 de maio de 1955, o decreto n. 16.261 criou o Conselho de Desenvolvimento

to Econômico da Bahia (Condeb) e a Comissão de Planejamento Econômico da Bahia (CPE) que atuaria como sua Secretaria Executiva.

A CPE surgiu com o objetivo de diagnosticar a economia baiana, conceber programas e projetos e institucionalizar o sistema de planejamento estadual, tendo sido responsável pela elaboração do Programa de Recuperação Econômica da Bahia entre dezembro de 1954 e abril de 1955, e, posteriormente o *Plano de desenvolvimento da Bahia* (Plandeb), concluído em 1959. A CPE tem uma longa história na estrutura administrativa do Estado, como atesta a SEI (BAHIA – SEI, 2006, p. 6) em seu histórico:

A idéia de instituir um órgão responsável pela elaboração de estudos e pesquisas que subsidiasse o planejamento governamental efetivou-se com a criação da Comissão de Planejamento Econômico (CPE) – pelo Decreto n° 16.261 em maio de 1955 – dirigida inicialmente pelo economista Rômulo Almeida. Como órgão de estudo, planejamento, coordenação e controle, a CPE constituiu-se na primeira experiência institucional de planejamento no Brasil, sendo responsável pela realização de importantes estudos e projetos no Estado da Bahia. Em face dos bons resultados alcançados pela CPE, o Governo do Estado transformou-a em Fundação Comissão de Planejamento Econômico, dando-lhe, além de maior autonomia por meio do Decreto n° 17.260 de janeiro de 1959, novas atribuições como a de “realizar estudos, pesquisas, projetos, análises e trabalhos” solicita-

⁶ Para uma visão mais abrangente das equipes técnicas que contribuíram para o planejamento da Bahia, no período de 1950 a 1960 ver Souza e Assis (2006).

⁷ Juracy Magalhães governou a Bahia durante a Revolução de 1930, no período compreendido entre 19 de setembro de 1931 e 10 de novembro de 1937, quando rompeu com Getúlio Vargas. Entre 1931 e 1935 permaneceu como interventor. Entre 1935 e 1937 como governador, eleito que foi, indiretamente, pela Assembléia Legislativa do Estado da Bahia.

⁸ Pedrão (2000, p.7) informa que o Instituto de Economia e Finanças da Bahia era uma sociedade civil criada em 1937 por um grupo de economistas baianos, que manteve uma sede com uma biblioteca e uma revista, dirigida por Daniel Quintino da Cunha. Em 1955, foi ativado por Rômulo Almeida, que o instalou, primeiro em dependências da Escola de Enfermagem da UFBA e depois ocupando o quarto andar do prédio da Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA. Entre 1955 e 1963, recebeu importantes contribuições de Anibal Villela, John Friedmann e Armando Mendes. De 1960 a 1962, foi dirigido por Manoel Pinto de Aguiar. Produziu quantiosa documentação de pesquisa, apoiando o ensino de economia. Suas operações ficaram praticamente encerradas em 1963.

dos pelo Governo. Por conta da reforma administrativa, em 1966 a CPE passa a se intitular Fundação de Planejamento (CPE). Nessa mesma data, é criado o Departamento Estadual de Estatística (DEE), com o encargo de realizar análises/econômicas. Em 1973, a instituição recebe o nome de Departamento/de Geografia e Estatística (DGE), assumindo a função de realizar levantamentos geográficos no Estado. No ano de 1975, é extinto o DGE, assumindo suas atribuições a Fundação Centro de Planejamento da Bahia (CEPLAB). Simultaneamente, a Fundação de Planejamento (CPE) é nomeada Fundação de Pesquisas (CPE). Agregando novas atribuições, em 1979 a CPE passa a chamar-se Fundação Centro de Pesquisas e Estudos (CPE), denominação que manteria até o ano de 1980, quando é extinta juntamente com o CEPLAB, sendo suas funções absorvidas pelo recém criado Centro de Planejamento e Estudos (CPE). No ano de 1983, o Centro de Planejamento e Estudos é nomeado Centro de Estatísticas e Informações (CEI), criando-se, em paralelo, o Centro de Projetos e Estudos (CENPES), transformado em 1997 na Fundação Centro de Projetos e Estudos (CPE). Em 04 de maio de 1995, por força do Decreto nº 4.177 ocorre a fusão entre a Fundação Centro de Projetos e Estudos (CPE) e a autarquia Centro de Estatísticas e Informações (CEI), instituindo-se, então, a **Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), que se constitui, atualmente, no principal provedor de dados do Estado** (grifos nossos).

Em 1961, já no governo de Juracy Magalhães, foi criado o Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), com o objetivo de estudar e aplicar incentivos fiscais e estaduais à indústria.

O plano

O planejamento na Bahia foi sempre de natureza indicativa. O Plandeb, por exemplo, não foi aprovado pela Assembléia Legislativa e enfrentou reações contrárias dentro da própria equipe do governo Juracy Magalhães (1959–1963). As causas desta rejeição decorreram da resistência da classe política do Estado, bastante atrasada à época⁹, e ao domínio de uma velha oligarquia

que via no planejamento uma séria ameaça de limitação da sua autoridade e poder¹⁰.

Apesar disto, muitas das indicações do Plandeb foram gradativamente implementadas na Bahia até o final da década de 1980, à medida que a sociedade local se modernizava e sempre que existia o respaldo coincidente de programas e projetos do governo federal e/ou correspondência com os interesses do capitalismo nacional e internacional.

Historicamente, o Plandeb foi precedido por um conjunto de estudos enfiados sob o título *Situação e problemas da Bahia – 1955: recomendações de medidas ao governo*, os quais foram popularizados pelo jornal *A Tarde* como *As pastas cor de rosa*. Contam-se duas versões a respeito desse estranho apelido. A primeira, segundo o próprio Rômulo: “[...] como essas pastas tinham capas cor-de-rosa, o jornal *A Tarde*, que era muito contra o Balbino, aproveitou e fez uma notinha assim: “Recebemos três pastas cor-de-rosa, e deu uma chacoalhada no negócio” (ALMEIDA, apud SOUZA e ASSIS, 2006, p.225). A segunda versão, mais irreverente, conta que o jornal *A Tarde*, não assimilando a derrota do seu candidato ao governo do Estado (Pedro Calmon, irmão do redator-chefe do jornal, Jorge Calmon), movia intenso combate a Antonio Balbino. Mas *A Tarde* representava também as forças reacionárias e conservadoras de direita no Estado e via no projeto de Rômulo tendências fortemente esquerdizantes, com a intervenção do Estado na economia através do planejamento (uma técnica que contrariava todo o paradigma liberal vigente e ainda mais implantado pelo regime dito comunista na União Soviética) das socieda-

des de economia mista propostas e defendidas pelo então Secretário da Fazenda de Antonio Balbino, um homem que fora vinculado a Getúlio Vargas que, pelo seu populismo e nacionalismo, atraiu contra si todo o ódio da direita brasileira.

Não obstante, elaboradas sob a coordenação de Rômulo Almeida, as pastas “cor de rosa” constituíram um conjunto de estudos inéditos sobre a economia baiana produzidos entre 1954 e 1955. Modernamente, dir-se-ia, que **foram os termos de referência do Plandeb**.

O plano compôs-se de 15 capítulos, precedidos de uma parte introdutória. Nele, faz-se uma exaustiva e minuciosa análise da economia baiana, projetando atividades para o horizonte temporal compreendido entre 1960 e 1963.

O total de investimentos projetado para o quadriênio foi de Cr\$ 70.964 milhões de cruzeiros, a preços de 1959, sendo a participação estadual equivalente a 20% desse montante. Isto equivaleria a investimentos anuais de Cr\$ 17.741 milhões. É importante assinalar que a renda interna da Bahia, estimada por Almeida, A. (1955), para 1950, com base no censo do IBGE, era de Cr\$ 10.038,1 milhões.

O Plandeb constitui, até hoje, uma peça fundamental para quem pretenda estudar a Bahia. Por isso, é de se lamentar que, passados exatamente 50 anos da sua elaboração, o documento ainda não tenha sido publicado. Indagado a respeito, Rômulo Almeida assim se pronunciou:

Na época, durante o governo de Juracy, tive a satisfação de receber a visita do Hirschmann¹¹, e ele me disse: “Olha, eu acho que é a coisa mais original que tenho visto em termos de planejamento regional. Vocês

⁹ Não progrediu nesses cinquenta anos. Há quem pense que até piorou.

¹⁰ Jamais poderia um sistema político baseado no poder dos seus “caciques” de realizar obras em suas bases eleitorais mediante emendas apresentadas ao orçamento do Estado, abrir mão deste poder para uma normalização dos investimentos que não atendessem aos seus interesses paroquiais. Aliás, a péssima qualidade técnica da classe política baiana, para falar só deste aspecto, historicamente se constituiu um sério obstáculo ao desenvolvimento do Estado.

¹¹ Albert O. Hirschman, notável economista alemão especializado em desenvolvimento econômico.

Tabela 1 Plandeb – Fontes e aplicações dos recursos (1960 – 1963)

| PROGRAMAS | ESTADO | MUNICÍPIOS | UNIÃO | EMPRESAS MISTAS | BANCOS | OUTROS | TOTAL | % |
|-----------------------------------|---------------|------------|---------------|-----------------|---------------|--------------|---------------|---------------|
| Transporte | 3.054 | 20 | 14.507 | 5.360 | 1.115 | 899 | 24.955 | 35,17 |
| Energia | 1.509 | 130 | 2.833 | - | 805 | 776 | 6.053 | 8,53 |
| Agricultura | 2.510 | 135 | 4.295 | 20 | 1.280 | 1.244 | 9.484 | 13,36 |
| Indústria | 330 | - | 710 | 2.150 | 7.430 | 3.230 | 13.850 | 19,52 |
| Urbanismo | 524 | 141 | 1.394 | - | 1.279 | 487 | 3.825 | 5,39 |
| Turismo | 779 | 87 | 290 | - | 306 | 239 | 1.710 | 2,41 |
| Educação e Cultura | 1.140 | 351 | 3.462 | 47 | - | 89 | 5.089 | 7,17 |
| Saúde | 1.830 | - | 187 | - | - | - | 2.017 | 2,84 |
| Serv.Público | 1.927 | 85 | 60 | - | - | - | 2.072 | 2,92 |
| Pesquisa e Documentação | 903 | 16 | 516 | - | - | 43 | 1.478 | 2,08 |
| Org. para pesquisa e planejamento | 108 | - | 255 | 31 | - | 37 | 431 | 0,61 |
| TOTAL | 14.614 | 965 | 28.518 | 7.608 | 12.215 | 7.044 | 70.964 | 100,00 |

Fonte: BAHIA – CPE, 1960. Plandeb. Dados consolidados pelo autor.

Nota: (1) Valores em milhões de cruzeiros a preços de 1959

deviam publicar.” Possivelmente, se tivesse sido publicado, poderia receber mais comentários na literatura – porque a literatura é muito baseada nas versões que tiveram mais curso. Por exemplo, não há referência aos documentos originais dos estudos que fizemos quando da criação do Banco do Nordeste, como o Planejamento de combate às secas. Ele é de 1952, e é realmente o ponto de partida para uma nova visão sobre os problemas do Nordeste, superando esse negócio de engenharia de obras e assistencialismo. Fica parecendo que a Sudene começou tudo. Posteriormente, a CPE, já como fundação, queria publicar o Plandeb na íntegra, mas acontece que já estava no governo de Antônio Carlos Magalhães e ele barrou. Fizem apenas um resumo. Cheguei a levar a íntegra do documento para a Fundação Getúlio Vargas, mas o Benedito Silva me disse: “Olha, nós queremos publicar, mas é preciso que haja algum apoio, uma co-edição.” Custava um dinheirão, e a Fundação estava numa situação muito difícil, com um déficit enorme. O Antônio Balbino até disse que daria um apoio, mas até hoje nada. (SOUZA e ASSIS, 2006 p.260) (Grifo nosso).

As principais diretrizes do Plandeb podem resumir-se como se faz nos parágrafos seguintes.

A primeira delas determina que ele deva estar em consonância com a Operação Nordeste¹².

O plano que, a seguir, se apresenta para o Estado da Bahia, reunindo o esforço estadual, o federal e uma adicional coordenação de inversões municipais e privadas, **foi concebido em perfeita integração, com a Operação Nordeste**, (grifo nosso) tão oportunamente lançada pelo Presidente da República, com adequada visão dos problemas regionais. A Bahia reitera suas manifestações favoráveis a essa declaração da política do Governo Federal, na qual só pode lamentar tenha vindo com tanto retardamento e não se esteja efetivando na velocidade e nas condições previstas, apesar do desejo manifesto do Senhor Presidente Juscelino Kubitschek. Efetivamente, no ano de 1959, marcado pelo lançamento da Operação Nordeste, as condições de assistência federal à região se agravaram: houve retardamento e redução de dispêndios federais, elevação súbita dos preços de produtos comprados sem equivalente reajustamento da taxa de câmbio e diminuição relativa da assistência da União ao Nordeste. É, portanto, “nessa integração com o espírito da OPENO que a Bahia deseja colaborar com o Governo Federal para seu completo êxito e o plano ora apresentado, em bases preliminares, ao exame do Governo Federal, é uma contribuição nesse sentido. A

Bahia reivindica há muito, investimentos compensatórios pela baixa remuneração de suas exportações, que a tem privado de capacidade para realizar investimentos básicos no seu território, a fim de propiciar mais largas possibilidades de emprego à sua população. Tal reivindicação, que corresponde a inversão de parte dos saldos dos ágios das exportações baianas, a Bahia está pronta a partilhar com todo o Nordeste, em benefício da OPENO (grifo nosso). Nesse sentido partiu da “bancada baiana uma emenda incorporada à lei que criou a Sudene, a qual, entretanto, não teve tradução satisfatória no regulamento respectivo. Cabe, entretanto, acentuar que o programa da Bahia, se a Operação Nordeste for prejudicada na sua realização, deve ser levado a efeito, em benefício do conjunto da economia nacional. E ele representa uma reivindicação de nosso Estado, imprescindível para que se possa assegurar a parcela da população brasileira que vive na Bahia um mínimo de oportunidades de nutrição, educação e emprego. (BAHIA – CPE, 1960).

Mais adiante, no que denominam “sentido nacional do plano baiano”, destacam os redatores do Plandeb a

¹² Como a imprensa denominava as ações governamentais voltadas para o desenvolvimento do Nordeste a partir do governo de Juscelino Kubitschek. A rigor, na prática, como demonstrado o Plandeb estava na contramão do pensamento de Celso Furtado. A propósito ver Furtado (1959 b).

contribuição que ele pretende dar ao “Programa de metas” do governo J.K., notadamente ao balanço de pagamentos, “tanto produzindo exportações como substituindo importações”. A despeito da argumentação política com que se busca uma aderência ao *Programa de metas* não deixam os mesmos relatores de registrar:

Lamentavelmente, entretanto, a realização das “metas” no território baiano não tem obedecido ao mesmo ritmo que se verifica em outras partes do País (grifo nosso). Exemplo conspícuo é o atraso no programa relativo às construções rodoviárias e ao reequipamento da ferrovia federal Leste Brasileiro. Os exemplos podem ser repetidos em todos os setores. **Nem mesmo o acesso a Brasília – que é reputado “meta síntese” pelo governo Federal – foi considerado a partir da Bahia, a despeito de se localizarem em sua costa os portos que estão mais próximos da futura Capital do País e cujas ligações se favorecem por sensível redução de distância virtual** (grifo nosso).

E acrescentam, numa discreta crítica:

Aparentemente, a Bahia ficou relegada para outra época (grifo nosso), seja pelas condições políticas já ultrapassadas, seja pela duvidosa doutrina de concentrar todos os recursos nacionais no suposto centro, dinâmico do País, a fim de que daí se possa irradiar mais tarde o progresso para o resto do Brasil. Não tem sido levados em conta pelo Governo Federal 3 fatores que impõem prioridade para investimentos na Bahia: 1) a existência de recursos naturais e humanos que possibilitam uma alta produtividade a investimentos programados, em “benefício de exportações e do programa de desenvolvimento do País”; 2) a compensação parcial às contribuições da economia baiana para o desenvolvimento geral do País (contribuição cambial e petróleo); 3) o necessário e inadiável atendimento de padrões mínimos de subsistência e de educação a todos os brasileiros, como objetivo que, mantendo e valorizando o capital humano da nacionalidade pretere, inclusive, investimentos de tangível caráter desenvolvimentista. Não nos refe-

rimos a um estímulo ao consumo convencional, prejudicando as poupanças, nem a um igualitarismo impossível nos níveis de vida, mas apenas ao **atendimento das condições mínimas de nutrição, de educação e de emprego, sem o que não existe um povo organizado e muito menos um mercado interno que dê base ao desenvolvimento industrial** (grifo nosso). Evidentemente, o “Programa de Metas” do Presidente Juscelino Kubitschek não pretendeu desconhecer essa necessidade. O programa da Bahia apela, só como último argumento, para esse objetivo nacional de manter e valorizar o potencial humano, porque realmente apresenta todas as outras condições para se integrar plenamente no programa nacional de desenvolvimento (BAHIA – CPE, 1960 p. 14–15).

Pela segunda diretriz, deveria o plano promover a geração de emprego e renda¹³, única forma de criação de um mercado interno que conferisse escala de produção ao parque empresarial local. E, para isto, o incremento nos investimentos e na sua maior produtividade (maior relação produto/capital), procurar-se-ia a fixação de capitais gerados no Estado mediante a oferta de melhores condições de diversificação de atividades, a importação de capitais de outras áreas, pela oferta de maiores facilidades básicas (transporte, energia, incentivos fiscais, etc.), a elevação dos investimentos pela União e, principalmente, o aumento substancial na sua produtividade.

Considera-se indispensável, dar oportunidade para o **emprego da população ao menos aos níveis mínimos, e de assegurar as condições que valorizem os salários nominais, através de um abastecimento farto e do atendimento das necessidades mínimas de educação e assistência sanitária à parcela da população brasileira residente no território baiano** (grifo nosso). Ao mesmo tempo, se considera conveniente desenvolver ao

máximo as possibilidades apresentadas pelos recursos naturais, industriais e humanos que a Bahia apresenta, **em benefício do mais rápido desenvolvimento e emancipação da economia nacional.** (BAHIA – CPE, 1960).

Por conhecer a impossibilidade de maior elevação dos salários reais mediante uma melhor distribuição da renda, o plano previa o aumento do poder aquisitivo da população através da melhoria do abastecimento e consequente redução dos custos dos alimentos, um problema crônico da Bahia (leia-se Salvador), desde os tempos coloniais.

O plano menciona também, mas sem a ênfase devida, as importantes questões relacionadas com a educação e a saúde. É até risível o esforço dos seus redatores em tentar fazer uma vinculação do desenvolvimento da Bahia com a emancipação da economia nacional. Neste aspecto, parece que faltou convencer o governo federal e o empresariado do Sudeste brasileiro. Continuando, enfatiza o Plandeb a necessidade do desenvolvimento simultâneo (quer dizer integrado) da agricultura e da indústria. Segundo Santana:

Duvidando do modelo concentrador do plano de metas, o Plandeb considerava a possibilidade de articulação entre a reestruturação agrícola e um parque industrial. Do mesmo modo em que considerava o maior potencial para a geração de empregos no desenvolvimento da agricultura o plano baiano destacava, reversivelmente, o papel das indústrias como absorvedoras de mão-de-obra excedente do campo e como mercado para os produtos agrícolas. Indústria e agricultura se integrariam na periferia do sistema (2006, apud SOUZA e ASSIS, 2006 p. 269).

No texto do Plandeb:

Essas diretrizes implicam em objetivos de produção e alvos de in-

¹³ Este objetivo virou um bordão no discurso de todos os políticos a partir da década de 1990. Porém a inexistência de um mercado regional com razoável poder aquisitivo constitui, até hoje, um dos principais obstáculos à pretendida industrialização estadual a partir da produção de bens finais.

vestimento. Assim, o desenvolvimento das oportunidades de emprego e de renda melhor para a população baiana resulta do desenvolvimento concomitante da agricultura, da indústria e dos serviços. Naturalmente devem ser desenvolvidos prioritariamente aqueles que apresentem condições efetivas mais prontas, ou aqueles ramos de atividades ou projetos específicos que se revelem mais necessários ou convenientes para propiciar condições ao desenvolvimento geral. O ritmo de desenvolvimento da Bahia dependerá, como é sabido, do vulto dos investimentos e de sua maior produtividade, ou seja, de uma melhor relação produto: capital. O maior investimento se traduzirá numa alteração da estrutura do comércio, reduzindo-se relativamente as atuais importações para consumo (ampliadas embora em termos absolutos), as quais serão substituídas por importações de bens de capital. A elevação dos investimentos se fará através da possibilidade de fixação dos capitais produzidos intermitentemente pela própria economia baiana (mas aqui não fixados por falta de certas condições para a diversificação de atividades econômicas); além disso, pela vinda de capitais de fora para vários dos empreendimentos agrícolas e industriais que encontram, na Bahia, possibilidades nos recursos naturais e no mercado potencial, mas se detém em face da carência de certas facilidades básicas. A pesquisa das possibilidades de investimentos em que para a mesma unidade de aplicação, se alcance o maior número de empregos na presente estrutura da economia regional leva a dar prioridade ao desenvolvimento da agricultura. Este é necessário também para propiciar um abastecimento mais farto, nas cidades, de mantimentos para os trabalhadores e de matérias-primas para as indústrias. E estas indústrias são, por sua vez, necessárias, reversivamente, ao desenvolvimento agrícola, para absorver os inevitáveis excedentes de população rural e para assegurar um mercado mais amplo para a própria agricultura, enquanto, inversamente, o maior desenvolvimento desta assegura mercado mais amplo e firme, ao parque manufatureiro. Na agricultura e na indústria as iniciativas obedecerão

ao jogo do mercado dos fatores e dos produtos. Sem contrariar os imperativos do mercado, a política adotada neste plano estimulará as atividades que: a) apresentem uma relação produto: capital mais favorável, ou utilizem melhor os recursos de capital real disponível; b) propiciem maior número de empregos por unidade de capital invertido. O princípio geral é assegurar a maior produtividade possível aos escassos recursos de capital do País, mas, em face das possibilidades imediatas de produção, inclusive para exportação ao Exterior, e em face da necessidade social do atendimento de condições mínimas de nutrição, de educação e de emprego, não podemos aceitar que se adie, o problema baiano, pelo fato de que ele requer alguns investimentos básicos de certo vulto, cuja relação direta produto: capital é baixa. Por outro lado, como se fez no caso do petróleo, não é concebível que se apliquem ortodoxa e diretamente os critérios acima ao caso de indústrias de base que, na Bahia, se possam localizar, apresentando vantagens para a economia geral do País e enriquecendo os recursos industriais na região, inclusive recursos técnicos variados, encorajadores da fixação de outras indústrias, que propiciem mais empregos (BAHIA – CPE, 1960 f.16) (grifos nossos).

O Plandeb bate numa questão que continua presente nos dias atuais (2009) e que, apesar de óbvia, parece insolúvel no Brasil. Trata-se da eficácia do gasto público.

Segundo o Plandeb:

[...] a maior taxa de investimentos, a dos recursos públicos federais ou recursos de outras origens canalizados através da União. A aplicação desses recursos tem um amplo significado: o de ampliar o volume de investimentos – que é uma das condicionantes necessárias do desenvolvimento – e o de propiciar aqueles investimentos de natureza coletiva, que são no caso do nosso território os mais urgentes e por isso os que criam condições de produtividade para outros capitais já invertidos ou com possibilidades de inversão à vista. A elevação da produtividade dos capitais já invertidos ou a inverter depende totalmente, de um programa adequa-

do de inversões federais e estaduais, estas porem de menor importância pela limitação já exposta dos recursos do Tesouro baiano. Não se pretende, entretanto, apenas que o Governo Federal amplie os investimentos: é também indispensável que melhore substancialmente a produtividade de seus investimentos atuais, que já são bastante vultosos (conquanto apenas correspondam aproximadamente às receitas de tributos formais, arrecadadas no território baiano) e que presentemente, como é da mais clara evidência, são submetidos a um processo de dispersão, de descontinuidade, de inoportunidade estacional dos dispêndios, enfim, de desperdício. Sabemos as limitações institucionais para alcançar uma eficiência razoável na elaboração e na execução dos orçamentos públicos. Entretanto, um esforço substancial, inclusive na esfera política, precisa ser feito por todos os homens públicos de responsabilidade no País ajudando o Presidente da República a submeter os orçamentos públicos a uma programação adequada, e assim, a assegurar uma eficiência razoável aos investimentos federais. Do contrário, precisaremos, para alcançar o mesmo nível de desenvolvimento, de investimentos novos federais de muito maior vulto, o que, obviamente, encontraria dificuldades intransponíveis. (BAHIA – CPE, 1960 p. 17) (grifos nossos).

Afirmava o Plandeb que a estrutura de recursos indicava os seguintes setores em que as inversões na Bahia apresentavam produtividade marginal não inferior à inversão em quaisquer outras áreas ou setores da economia brasileira:

- a) na ampliação das exportações que são possíveis pela natureza dos recursos regionais e pelas condições atuais e previsíveis do comércio exterior;
- b) no desenvolvimento da mineração e indústria metalúrgica sem falar nas derivadas do petróleo, bem como em alguns outros itens de maior importância, para substituir importações nacionais e criar recursos importantes de indústrias básicas do país.

A esses dois setores de investimento se poderia acrescentar, ainda, partindo de uma política econômica nacional tendente a melhor utilização dos recursos humanos e ao atendimento de mínimos vitais e sociais às populações, dois outros setores:

- a) o das atividades que aproveitem mão-de-obra e recursos naturais, que não apresentam vantagens relativas apreciáveis, mas apresentam condições competitivas, sobretudo mediante alguma ajuda no período de implantação, gerando emprego e substituições nas importações interestaduais da Bahia;
- b) o das atividades que se poderiam considerar provisórias no processo de desenvolvimento, tendentes a assegurar emprego, até o momento em que a economia regional e a nacional, em outras partes do país, possam assegurar melhores condições de aproveitamento da força do trabalho.

Importante é, entretanto, acentuar, do ponto de vista nacional e de um ângulo friamente econômico, os dois primeiros setores. Ainda aqui poder-se-ia argumentar que, tendo a Bahia demonstrado capacidade de aumentar consideravelmente o produto real e as exportações, apesar dos desestímulos evidentes da política econômica nacional sobre sua economia, e da falta desses investimentos básicos, bastaria um sistema de crédito agrícola e de outras ajudas do poder público diretamente aos setores agrícolas e exportadores, na linha já iniciada pela CEPLAC. Sem dúvida, isso teria ainda algum efeito, mas efeito que em breve se esgotaria por falta de economias externas indispensáveis para a redução dos custos gerais e dessa maneira estender as margens de cultivo ou de exploração econômica.

As possibilidades de absorção de maiores exportações baianas nos mercados exteriores são suficientes para um programa muito mais amplo e esse programa mais amplo requer um elenco de investimentos básicos. Esses investimentos bá-

cos são também indispensáveis, para tornar possível um programa de exploração mineral e de indústrias derivadas, de grande alcance no processo atual da industrialização do País, pois que a Bahia tem revelado a vocação de um distrito de não-ferrosos, além de possuir também reservas importantes dos ferrosos.¹⁵⁰ (BAHIA – CPE, 1960, fl. 18)(grifos nossos).

Assim, afirmava-se no plano:

[...] esses investimentos básicos ainda deverão ter o papel de tornar super-marginais muitos dos investimentos do setor 3º, antes referido. Essas inversões em conjunto redundariam na mudança da estrutura da economia regional, principalmente as inversões nas facilidades básicas que atendem aos setores 2º e 3º combinados com as inversões diretas no 2º setor.

Nestas condições, o programa de investimentos públicos, semipúblicos ou patrocinados pelo poder público deveria compreender:

1. **realização de programas básicos de transporte e comunicações**, suprimento de recursos variados de energia, facilidades urbanas fundamentais, principalmente água, localização industrial e habitação, de reserva de água para a agricultura e sua melhor utilização;

Estava aqui inserida a idéia da especialização da Bahia na produção de intermediários, complementares no processo da industrialização brasileira.

2. **um sistema integrado de organização da economia agrícola** e do abastecimento alimentar e de expansão programada dos serviços de pesquisas, demonstração e extensão na agricultura;

3. **ampliação da fronteira agrícola**, através de colonização das terras úmidas ou de fácil irrigação, mal aproveitadas, propiciando colocação aos excedentes nordestinos, bem como a possibilidade em empreendimentos agrícolas padrão com a localização de colonos estrangeiros;

4. **desenvolvimento**, pela Petrobras, de um programa de utilização das possibilidades industriais e dos estímulos econômi-

cos resultantes da produção do petróleo;

5. **prioridade para a localização de uma usina siderúrgica média na Bahia**, dentro do programa siderúrgico nacional, bem como facilidades especiais para a fixação de indústrias metalúrgicas diversas, mecânicas, de materiais de construção, embalagens, etc., indicadas na Bahia pela localização de matérias-primas e outros fatores, e que propiciem a criação de facilidades para outras indústrias;

6. **um programa de educação, compreendendo o suprimento das carências na educação de base** para a população em idade escolar e conforme imperativo constitucional, e a ampliação das oportunidades de treinamento e aperfeiçoamento nas técnicas reclamadas imediatamente no atual estágio processo de desenvolvimento;

7. **um programa de assistência sanitária** também ajustado às necessidades presentes do processo de desenvolvimento;

8. **um programa de levantamento sistemático de recursos naturais e de pesquisas** das possibilidades do seu aproveitamento econômico. (BAHIA – CPE, 1970, fls. 19–20) (grifos são nossos).

O primeiro programa do Plandeb referia-se à área de transportes e comunicações. Estimava a realização de investimentos da ordem de Cr\$ 24.955,4 milhões (a preços de 1959) no período de 1960 a 1963. Considerando os aspectos geográficos e geológicos do espaço regional consideravam os planejadores ser a Bahia o estado mais mal servido do Nordeste em matéria de transportes e comunicações. Aliás, uma situação que permanece até os dias atuais. Ressaltando alguns esforços governamentais a partir da década de 1930 demonstravam que para um território de 563.000 km² e uma população de cerca de 6 milhões de habitantes, à época, dispunha a Bahia apenas de 2.593 km de linhas ferroviárias e 31.600 km de extensão rodoviária, valendo destacar que, destes, mais de 70% se constituíam de “estradas-carroçáveis”, sem qualquer espécie de revestimento. Também salienta-

vam a deficiência do transporte marítimo, lembrando que, para uma extensão de costa de 932 km, possuía o Estado menos de 2 km, de cais acostável em portos ditos “organizados”, além da precariedade das instalações portuárias que tornavam deficitária, a utilização física dos portos (casos de Ilhéus e Caravelas) ou então, quando a permitiam, opunham barreiras à sua utilização econômica, pela movimentação lenta e pelas taxas elevadas (caso de Salvador) onde, em consequência desses e, possivelmente, de outros fatores, as próprias companhias federais de navegação evitavam frequentemente, escalar. Criticavam a ação federal, no estado, demonstrando que, apesar de ser a Bahia, em área territorial, o sexto estado do Brasil e o terceiro em população, a extensão da rede rodoviária federal, em território baiano, apresentava uma densidade (5,470 km por 1.000 km²) inferior ao de 14 estados — inferior, inclusive, a de 6 estados nordestinos. Ademais, das rodovias construídas pelo governo federal, na Bahia, apenas 2%, se encontravam pavimentadas — percentagem baixíssima considerando a importância de tais vias para o próprio Plano Federal de ligação Norte-Sul do país. Afirmavam, por fim:

Com efeito, será difícil, noutra parte do país, lograr-se um investimento em rodovias que a este se equipare, **no que tange à sua produtividade social**. Os trechos, a serem pavimentados representam as mais importantes vias de escoamento do principal produto agrícola do Estado e o segundo, como fonte de divisas, para o Brasil: o cacau. Estando as referidas vias em perfeita conexão com a BR – 5, rodovia federal, incluída no Plano Quinquenal de Obras Públicas para 1956/1960 formam, em conjunto, uma rede de tráfego de inequívoco interesse econômico, em coordenação, com o porto de Ilhéus e o futuro, da Baía de Marauá.¹⁴ Claro está que não bastam, à economia baiana, os investimentos em transportes simplesmente para ampliar as exportações. Preciso é que, **também, sejam levados em conta o aproveitamento dos recur-**

“ ... a construção do complexo rodoviário estadual, que possibilitaria a articulação das diversas regiões baianas, produzindo um impacto positivo na integração e expansão do mercado regional, apesar de planejado em 1959 não foi executado... ”

... **sos minerais básicos, (e a própria implantação, que se pretende, da indústria, siderúrgica, na Bahia, justificaria esse critério de prioridade), além das facilidades, já efetivas, de produção mineral, para a economia de divisas para o país, as “facilidades do abastecimento” dos grandes centros urbanos e, não esquecendo a nossa participação na região Nordeste do país, a “integração do mercado regional” — indispensável para que, marchemos para uma mudança estrutural, com a industrialização nordestina e, assim, com a possibilidade mesma de uma melhor utilização dos recursos estaduais. A promoção, por conseguinte, de um programa conjunto das três esferas administrativas, com a possível ajuda de particulares — obedecendo, sempre na determinação das prioridades, ao critério, global, que abrangeria os demais critérios apontados, da maior produtividade social do capital — será certamente a melhor**

arma de que se poderá dispor para combater aquele gargalo da economia baiana. (BAHIA – CPE, 1960 fls. 1 e 2).

No entanto, somente na década de 1970 foi que se consolidou o plano rodoviário federal para o Nordeste, com a pavimentação da BR – 116 (Rio – Bahia) e BR – 101 (Litorânea). Estas rodovias viabilizaram o modelo econômico regional em construção assegurando as condições para o escoamento dos intermediários fabricados na Bahia em direção ao Sudeste, e o abastecimento, por este, do Nordeste, com os produtos de consumo final oriundos do seu parque de indústrias. **Neste contexto, a construção do complexo rodoviário estadual, que possibilitaria a articulação das diversas regiões baianas, produzindo um impacto positivo na integração e expansão do mercado regional, apesar de planejado em 1959 não foi executado.**

A opção rodoviária adotada coincidiu com o desmonte do sistema ferroviário estadual. A desativação da Estrada de Ferro de Nazaré e do Porto de São Roque do Paraguaçu, na Baía de Todos os Santos, implicou na desarticulação do sistema de transportes que sustentara a produção têxtil e fumageira. Com isso ficaram isoladas as bacias do Jaguaripe e do Jiquiriçá, indiretamente desestimulando o crescimento da região Sudoeste do Estado, cortando-se a relação interna entre a indústria têxtil e sua região supridora de matérias-primas¹⁵.

Para o programa de energia elétrica da Bahia, previa o Plandeb a

¹⁴ O Porto de Marauá (grande sonho do então deputado Vasco Neto) – também conhecido como de Campinhos, na baía de Camamú, na Bahia, teve sua construção iniciada chegando a ter instalados os *dolphins* de amarração. Posteriormente a obra foi paralisada e nunca mais iniciada. Além da perda de consideráveis recursos públicos que ali foram investidos, impediu-se a concretização de um projeto de grande valor estratégico para a Bahia e o Brasil. O porto era imaginado na época como ponto de saída das exportações oriunda do Oeste baiano. Reunia e reúne ainda hoje excelentes condições geográficas e físicas incomensuravelmente superiores às do porto de Ilhéus. Trata-se de um exemplo típico de uma situação de ineficácia dos gastos públicos, irresponsabilidade e corrupção.

¹⁵ Posteriormente em 1996, a Rede Ferroviária Federal – Leste Brasileiro, 7ª Região, que atendia ao Estado da Bahia, Sergipe e Minas Gerais, com 1.905 km de linhas foi privatizada. **Atualmente o Sistema está inoperante e completamente sucateado.**

destinação de recursos no montante de Cr\$ 6.053 milhões, sendo Cr\$ 5.362 milhões em moeda nacional e US\$ 6.905 mil em moeda estrangeira, convertida esta à taxa de US\$ 1,00 = Cr\$ 100,00. Tudo a preços de 1959. Do montante em moeda nacional, 93% seriam destinados a obras e instalações elétricas e o restante a estudos e projetos.

Segundo o Plandeb: “um dos objetivos deste programa, **é conseguir a ampliação da demanda de energia elétrica proveniente de Paulo Afonso**” (grifo nosso), argumentando que

[...] as deficiências de transmissão e distribuição têm restringido o aumento de demanda da linha sul da Chesf, (justamente a que atenderia à Bahia) fazendo-a menor que a da linha norte. Segundo o relatório dessa empresa, **enquanto a demanda da linha norte cresceu de cerca de 15 MW em janeiro de 1955 para 116 MW em dezembro de 1959 a linha sul passou, de 27 MW para somente, 54 MW, no mesmo período.** (BAHIA – CPE, 1960, p.5)

No texto, tenta-se justificar a inapetência e a incompetência baiana para a absorção da oferta de energia com o argumento de que “a dispersão entre esforços estaduais e os federais e municipais nos empreendimentos elétricos, ao lado do grande retardamento da Coelba foram as causas principais deste baixo crescimento relativo.

De acordo com os princípios da política a ser adotada, **o programa previa a aplicação de recursos dentro do critério de empreendimento industrial.**

O programa compreendia aplicações em:

- a) estudos e projetos;
- b) obras e instalações elétricas;
- c) equipamentos de construção, instalações gerais e de comunicações;
- d) encargos financeiros oriundos de financiamentos;
- e) constituição do “capital de movimento” das empresas.

Segundo se previa no plano, a geração dos diversos sistemas se apresentaria, ao fim do período (1963), com uma capacidade total de 224.400 kW. Nos “sistemas isolados”, previu-se um reforço de geração de 10.000 kW, mediante a instalação de cerca de 50 novas usinas térmicas de 100 kW em média.

O Plandeb estimava que 162 localidades deveriam estar supridas, em 1963, pelos diversos sistemas.

Sobre energia é importante que se leia o depoimento de Clemente Mariani, às páginas 115 e 126 desta revista. Ver a numeração depois da supressão de um artigo.

Para quem pensa que o Plandeb constituiu apenas uma proposta de industrialização da Bahia, vale a pena ler o capítulo relativo à **agricultura e abastecimento.**

Um dos mais importantes capítulos do plano, logo na introdução ao programa, afirma que **o desenvolvimento da agricultura na Bahia constitui imperativo para propiciar uma renda mais elevada e emprego efetivo ao atual excesso de população, bem como para assegurar o suprimento de produtos agrícolas que melhorem o abastecimento nas grandes cidades, favorecendo a industrialização.**

Nesse sentido o Plandeb definia dois objetivos para o programa agrícola, a saber: aumentar a produtividade e ampliar a área ocupada, ou seja, a fronteira agrícola no Estado.

Para justificar a eleição das prioridades, afirmam os redatores do plano ser certo que, em termos relativos, a população agrícola em longo prazo tende a decrescer com o aumento da produtividade e o crescimento industrial. Porém, em termos absolutos, e mesmo em termos relativos, é muito provável que ainda haja larga possibilidade de empregos em atividades rurais, desde que os processos agrícolas sejam mais produtivos e propiciem maior produção, tanto para abastecer os mercados internos quanto para exportar aos mercados exteriores, criando, assim, maior capacidade, de

pagar salários compensadores da elevação dos custos da vida. Em outras palavras:

[...] acreditamos que num primeiro período a elevação na produtividade agrícola na área baiana terá o efeito líquido de ampliarmos empregos na agricultura só num segundo período prevalecerá a tendência de liberar mão-de-obra para atividades secundárias e terciárias.

Entretanto, ponderam que

[...] o simples desenvolvimento da agricultura não resolve, nela própria, o problema de ocupação; mas, durante o período em que teremos que continuar enfrentando a carência de capitais para industrialização, a agricultura representa o campo de atividade em que mais empregos é possível assegurar, com menor coeficiente de capital “per capita”.

No que se refere ao cacau – o principal produto da pauta de exportações baianas à época assinala-se no Plandeb que as perspectivas do mercado internacional são favoráveis para uma expansão apreciável da oferta, desde que não seja abrupta. Permitem, portanto, um programa de melhoria da produtividade e ampliação moderada da área cultivada (conforme, aliás, a limitação dos solos convenientes), de sorte a alcançar um aumento da produção de cerca de 30%, num período aproximado de cinco anos.

O plano fazia um balanço dos recursos naturais disponíveis na Bahia à época (1958), que, **com uma superfície territorial de 562.000 km², dispunha de 82.000 km² de florestas tropicais (já em parte derrubadas) e 25.000 km² de vegetação litorânea e palmeirais, ao lado de 366.000 km² de caatingas e 89.000 km² de cerrados.** Nessas condições, a percentagem de área úmida, de cerca de 20%, importava numa extensão bastante ampla, de cerca de 10.700.000 ha. Considerava ainda que os cerrados seriam, em parte, recuperáveis e, embora se verificasse na Bahia algumas das áreas mais

secas de todo o país, certa extensão das caatingas se desenvolvia em altitudes mais elevadas, propiciando condições melhores de umidade, a despeito da baixa precipitação.¹⁶

Após este balanço, passa-se a uma análise da evolução da agricultura no Estado, no período compreendido entre 1945 e 1957, e das condições que pautaram este processo. Assim é observado que, a partir de 1945, para um crescimento de 29% da população, a agricultura expandiu em 40% o seu produto, sendo que, dentro dela, as lavouras 35% e a produção animal 63%. O aumento da área cultivada foi de cerca de 50%. Ainda assim, na época, a área ocupada pela lavoura e pela pecuária correspondia, apenas, a 11% da área disponível do Estado. Considerando que essa ocupação, em grande parte, era de terras sujeitas a secas, a percentagem de áreas úmidas a ocupar efetivamente ainda era muito alta. Isso era resultado do fato de que as matas, e outras áreas do litoral eram, tempos, atrás, economicamente desinteressantes, inclusive sujeitas a malária, em 1959 praticamente extinta.

No conjunto da lavoura baiana, demonstrava o plano que as principais características dos rendimentos físicos apresentavam uma flutuação constante ao longo do período estudado (1945/1957) e uma nítida tendência ao decréscimo. Para os autores do plano, todas as flutuações ocorridas nos rendimentos são reflexos de situações mais ou menos semelhantes ocorridas nas áreas cultivadas ou na produção obtida. **Na Bahia, o fator que detém a maior parcela de responsabilidade na instabilidade agrícola é o fenômeno das secas.**

Além das flutuações mencionadas, os rendimentos físicos da lavoura baiana apresentaram-se com uma evidente tendência decrescente. Esse fenômeno, segundo interpretação do Plandeb, teria a sua origem nas seguintes “causas básicas, que poderiam ter agido tanto em conjunto, como isoladamente:

“ ... agricultura representou, na renda interna da Bahia, a partir de 1947, entre 36,7% no ano de extrema seca e de retração do mercado exterior (1952) e 47,6% no ano de condições opostas (1954)... ”

- a) exaustão, nas áreas que já vinham sendo utilizadas com culturas mais antigas e ausência de métodos eficientes de recuperação;
- b) b) produtividade física mais baixa nas áreas de utilização recente;
- c) má utilização da terra por parte dos produtores.

Segundo se afirma no Plandeb, a agricultura representou, na renda interna da Bahia, a partir de 1947, entre 36,7% no ano de extrema seca e de retração do mercado exterior (1952) e 47,6% no ano de condições opostas (1954), ficando a modal, no período até 1957, em torno de 39%. Não obstante, assinala-se no plano que o “**aumento da área cultivada não propiciou empregos para todos**”.

Mesmo informando não dispor de suficientes dados demográficos na época¹⁷, assinala-se no plano que “**entre 1940/1950, para um crescimento de 20% na população rural, o crescimento do número de empregos foi de 11%, apesar da emigração, sobretudo do pessoal em ida-**

de de trabalhar. Também no mesmo período a população urbana, na Bahia, cresceu de 46% e os empregos de 37%”. Conclui-se assim, que “**a ampliação da área cultivada foi, em grande parte, um recurso de sobrevivência para uma vida submarginal**”, embora às custas, frequentemente, de maior devastação de recursos naturais.

Partindo desta constatação imagina-se no plano que “a expansão ordenada da fronteira agrícola, a ampliação do capital à disposição dos empresários para que possam dar mais emprego” e todo um conjunto de medidas tendentes à promoção de maior produtividade permitiriam “o pagamento de melhores salários para fazer face a alta do custo de vida representariam medidas imperativas no sentido: de possibilitar um mais amplo emprego agrícola”.

Realizada esta análise das razões de ineficiência da agricultura baiana que, meio século transcorrido, em muitos aspectos ainda continua atual, o Plandeb apresenta suas diretrizes para o *Programa agrícola da Bahia*. Inicia por afirmar que **o fundamental consiste na organização do mercado de fatores e de produtos, ou seja, a própria organização da economia agrícola, pois que sem ela os esforços de extensão (ou “fomento”, como impropriamente se costumou a denominar e inadequadamente a praticar) e de pesquisas, se tornam quando muito heróicos, mas de baixa produtividade.**

A partir desse ponto fundamental, recomenda a adoção, de forma coordenada de um conjunto de medidas num extenso e detalhado programa que infelizmente não pode ser transcrito neste texto (ver nota de rodapé nº13). Observe-se que são previstas, ou sugeridas, medidas de grande alcance e importância para a

¹⁶ Para conhecimento completo deste balanço ver o Plandeb que se encontra disponível na Biblioteca da SEI. Ou ler o capítulo 3.12 do livro *A trilha perdida: caminhos e descaminhos do desenvolvimento baiano no século XX*, do autor deste texto.

¹⁷ Naquela época a Bahia possuía uma abundância de “cérebros” e escassez de estatísticas. Hoje a situação é exatamente o inverso.

economia baiana como: a organização para a comercialização da produção no mercado; a capacitação técnica; a coordenação das ações; o entendimento da seca como um problema econômico; a reforma agrária; a conservação dos recursos do solo, água e flora numa precoce visão ambientalista que correspondeu a uma “crônica de uma morte anunciada”¹⁸ tendo em vista a devastação que efetivamente ocorreu e continua ocorrendo de forma implacável.

O Plandeb previa a criação de centros dinâmicos de desenvolvimento agrícola no Estado, em cidades-chave que polarizariam regiões e funcionariam como centros de organização da economia agrícola (ou de defesa do produtor) e do abastecimento. Esses centros funcionariam a partir da Companhia de Armazéns Gerais e Silos da Bahia (Caseb), empresa pública que contaria com o apoio de um conjunto de outras empresas especializadas, **conformando um sistema de organização para a produção agrícola**. Objetivava-se, com isto, evitar perdas da produção e criar facilidades para transporte, crédito e garantia de preços mínimos. Com a criação da empresa de comercialização, ter-se-ia garantia de compras, estoques de gêneros, estoques de sementes, estoque de forragens. O núcleo de mecanização agrícola da Empresa de Conservação do Solo, Água e Mecanização Agrícola (Ecosama) manteria patrulha de tratores, perfuratrizes e oficina de manutenção para os veículos e máquinas da região. A agência da Companhia de Adubos e Materiais Agrícolas da Bahia (Camab) manteria estoques de materiais agrícolas, adubos, inseticidas, rações especiais. A agência dos Laboratórios da Bahia (Labasa) asseguraria estoques de vacinas e outros produtos biológicos.

Esse conjunto de empresas seria liderado pelo Fundo de Desenvolvimento Agroindustrial do Estado da Bahia (Fundagro), que exerceria, como de fato exerceu, o papel de “holding” do Estado, contando com a participação de outros organismos federais entre os quais a SUDENE, BNDE e BNB.

“ ... todo o aparato empresarial público, concebido para oferecer o suporte e dinamismo ao processo de desenvolvimento que inexistia no setor privado do Estado, seria mobilizado para gerar simultaneamente efeitos multiplicadores, aceleradores e de polarização regional num círculo virtuoso de crescimento... ”

Enfim, todo o aparato empresarial público, concebido para oferecer o suporte e dinamismo ao processo de desenvolvimento que inexistia no setor privado do Estado, seria mobilizado para gerar simultaneamente efeitos multiplicadores, aceleradores e de polarização regional num círculo virtuoso de crescimento como descrito na teoria.

Segundo registra o Plandeb, em 1957, era extrema a deficiência do parque industrial baiano. Sua produção participava com 13,3% da renda global do Estado e, em relação ao setor industrial brasileiro, com apenas 2,5%. Em sua composição, preponderavam os setores alimentar e têxtil, registrando-se a ausência de indústrias de base (exceção feita às de extração do petróleo, de cimento e de chumbo) e, em escala adequada, as de embalagem, materiais de construção, montagens e construção de máquinas, gráfica, etc.

A **estratégia industrial** do Plandeb apresentava, em seus principais aspectos, como **política**: a criação de condições e facilidades para a indus-

trialização do Estado. **Metas**: a geração de novos empregos industriais e ampliação da renda per capita. **Projetos específicos**: reequipamento e ampliação de indústrias existentes, recuperação da indústria fumageira, recuperação da Indústria Têxtil, consolidação do Fundagro, apoio ao artesanato. **Programa de implantação de indústrias**: indústrias químicas, aproveitamento de recursos minerais, manufaturas de aço, manufaturas de metais não ferrosos, indústrias baseadas na agricultura, indústrias promotoras de industrialização.

No Plandeb, o denominado *Programa geral de industrialização* (PGI) desejava alterar a estrutura básica da economia estadual através de uma industrialização intensiva. Esperava-se, com a criação de um parque industrial na Bahia, contribuir para reduzir o desemprego, absorvendo considerável parcela de mão-de-obra, aumentar o consumo de matérias-primas e de víveres, produzir modificação na estrutura do comércio, através da substituição parcial da importação de artigos de consumo pela produção local, e criar condições para a exportação de bens de produção e artigos de consumo mais elaborados.

Para os que criticam o Plandeb, sem conhecê-lo, é importante que se destaque sua estratégia, que não era modesta. **Para promover o desenvolvimento da Bahia, pretendia articular um processo de industrialização, a partir da formação de um polo de crescimento constituído de indústrias interdependentes, segundo o modelo clássico de um complexo de siderurgia, metalurgia e indústrias elétricas, complementado por uma indústria de mineração e de petróleo e uma infraestrutura especializada; pela formação de um setor agroindustrial moderno, mediante a elaboração de projetos técnica e economicamente viáveis e a promoção do desenvolvimento do interior sustentado na modernização da agricultura e da pecuária; pelo apoio às empresas existentes, mediante a modernização e a capitaliza-**

¹⁸ Expressão emprestada do título do livro de Marquez (1981).

ção daquelas que possuíssem capacidade de competir no mercado nacional e a formação de quadros especializados para os segmentos modernizantes da economia regional.

A realização dessas metas seria reforçada com um programa de **estímulo à constituição de uma classe empresarial moderna** junto com a elaboração de estudos macro – e microeconômicos suficientes para sustentar a materialização de novos empreendimentos.

Com relação aos efeitos que os planejadores pretendiam alcançar (definidos como metas, vez que representavam um objetivo a atingir com o programa) foi utilizada uma metodologia comparável às aplicadas em estudos anteriores sobre a economia nordestina por Paul Singer e Stefan Robbock, isto é, estabeleceu-se um confronto entre as inversões e a renda adicional gerada por essas inversões, admitindo a relação produto/capital (1/2,4) aplicada por Singer. Para determinar o número de empregos criados como resultado do PGI, fixaram-se coeficientes médios aplicáveis aos diversos grupos de indústrias contempladas no programa.

A fundamentação teórica deste modelo de desenvolvimento é eminentemente keynesiana, estando baseada nas concepções de Hirschman, Rosenstein-Rodan, Harrod e, na constituição de polos de crescimento, no sentido original dado por François Perroux a este termo, como um conjunto de indústrias interdependentes, em que a concentração dos efeitos dinâmicos dos investimentos seriam maiores que a soma dos benefícios líquidos de cada empreendimento.

O Plandeb orçava em Cr\$ 13,850 bilhões (valores de 1959) os investimentos que seriam efetuados no *Plano geral de industrialização* ao longo do período compreendido entre 1960–1963. Se a este valor fossem adicionados Cr\$ 3,4 bilhões estimados para as indústrias de “surgimento espontâneo” segundo “projeção da tendência histórica de inversões no setor industrial” atingir-se-ia a delirante cifra de Cr\$ 17, 250 bilhões no quadriênio.

“ É preciso notar que o PGI representa, virtualmente, um “crescimento do nada”, pois a atividade industrial é notoriamente incipiente na Bahia... ”

Entre os agentes financiadores e participantes das inversões, o papel de liderança caberia ao BNDE (Cr\$ 4,09 bilhões) seguido pela Petrobras (2,1 bilhões) e o Banco do Nordeste (Cr\$ 1,6 bilhões). Alimentava-se também a expectativa de captação de capitais privados no montante de Cr\$ 3,48 bilhões dos quais 26% externos. Os recursos restantes viriam dos governos federal e estadual.

Segundo o Plandeb:

As magnitudes de investimentos fixados para o PGI embora pareçam elevadas em comparação com o ritmo anterior de inversões na Bahia, são perfeitamente viáveis desde que se tenha em mente que o Programa de Implantação de Indústrias pretende solicitar novas fontes de iniciativa e de capital, no Estado e fora dele. Tais recursos serão somados aos das fontes tradicionais de investimento, responsáveis pelos empreendimentos definidos aqui como de surgimento espontâneo. **É preciso notar que o PGI representa, virtualmente, um “crescimento do nada”, pois a atividade industrial é notoriamente incipiente na Bahia** (grifo nosso). Os índices históricos de investimentos são extremamente baixos; daí a necessidade do que se tem denominado o *big push*¹⁹, do impulso representado por uma vigorosa política de investimentos.

Foi o Plandeb considerado por muitos como um documento de ca-

ráter idealista, utópico, inviável, com seu orçamento de investimentos exagerado, mesmo considerando-se apenas a previsão dos recursos estaduais, além do sentido excessivamente hipotético dos investimentos federais. Considerando-se, ainda, que à época já houvesse sido criada a Sudene para cuidar do planejamento do Nordeste²⁰.

O idealismo do plano poderia ser ilustrado, por exemplo, pela previsão de que, em decorrência das inversões programadas, seriam criados no Estado 17 mil empregos diretos e 25.500 indiretos, assumindo-se um multiplicador de empregos da ordem de 1,5.

Tratando-se de um megaplano, é de ressaltar a importância conferida pelo Plandeb ao artesanato. Já na década de 1950, ensinava-se que:

Para atingir o objetivo de criação do maior número possível de novos empregos, o Estado deve ter **especial interesse em promover indústrias que apresentem um alto índice de absorção de mão-de-obra como as pequenas indústrias e o artesanato**. A importância desses gêneros de atividade industrial, particularmente do artesanato fino, é também relevante no fomento do turismo e no desenvolvimento cultural (grifo nosso). O programa do artesanato deve não apenas criar oportunidades de emprego, enquanto não há indústria, e para conter as crises, estacionais e cíclicas (secas) da agricultura regional, mas também ajustar-se para a absorção de desemprego das indústrias em declínio, ou crise declarada (de emprego, como a fumageira e a têxtil (sobretudo mulheres).

Porém o carro-chefe do PGI era puxado pela petroquímica e pela siderurgia, consideradas como “indústrias-chave” para a promoção do processo de industrialização baiana.

¹⁹ Influência no plano da teoria do desenvolvimento de Rosenstein-Rodan

²⁰ Comenta-se que, intelectualmente, Rômulo Almeida (pai do Plandeb) e Celso Furtado (pai da Sudene) eram rivais. O fato é que o Plandeb não foi absorvido no planejamento elaborado pela Sudene que, inclusive, imaginava, espacialmente, a Bahia, no Sul, e o Maranhão no Norte, como fronteiras agrícolas de um Nordeste industrializado em sua região semiárida.

“ Enquanto a petroquímica constituiu uma bandeira de luta através da qual a Bahia acabou conseguindo implantar um projeto de dimensões bem maiores que o dimensionado no Plandeb, com a siderurgia ocorreu o oposto... ”

No que se refere à petroquímica é impressionante como os planejadores baianos assumem um papel que era de competência da Petrobras. Definem o modelo a ser adotado e as fases de implantação. Trata-se de um modelo simples em que, a partir da utilização de gás de síntese (CO+H₂) e de nitrogênio e oxigênio (N₂+O₂), se alimentariam duas plantas de metanol e amônia. O modelo finalmente adotado pela Petrobras no final da década de 1960 é extremamente mais complexo.

Enquanto a petroquímica constituiu uma bandeira de luta através da qual a Bahia acabou conseguindo implantar um projeto de dimensões bem maiores que o dimensionado no Plandeb, com a siderurgia ocorreu o oposto. Segundo o Plandeb, o estabelecimento de um parque siderúrgico na Bahia, dentro do programa geral de desenvolvimento e industrialização do Estado e do Nordeste, teria significação excepcional em dois sentidos: de um lado, liberaria tanto o Estado quanto a região do pesado ônus decorrente da aquisição desses produtos básicos, cujo suprimento ocorria em condições deficientes e deficitárias em relação à demanda real e a preços proibitivos; por outro lado, impulsionaria, pelo seu alto poder dinamizante, a atividade econômica em geral e, particularmente, o desenvolvimento da indústria de transformação.

A usina siderúrgica planejada para a Bahia integrar-se-ia eficientemente no parque siderúrgico regional existente e em formação. Deveria produzir chapas, folhas de aço e perfilados médios, complementando outras linhas de produtos (vergalhões, perfis leves e arames) já fabricadas ou programadas para produção em futuro imediato, em outras usinas nordestinas. A siderurgia projetada teria uma capacidade de produção de 125.000 toneladas anuais de lingotes, correspondentes a 100.000 t/ano de laminados, dos quais 80.000 seriam produtos planos e os restantes perfis médios (até 50 kg/m linear). A produção de planos seria principalmente em chapas finas a quente e a frio, pretas e galvanizadas. O Plandeb orçava, à época, as inversões na siderurgia em Cr\$3,75 bilhões. Deste montante, 23% caberiam ao setor público, 13%, ao setor privado e o restante seria de financiamentos e aval do BNDE/BNB. Planejada para entrar em produção em 1963, somente uma década depois (1973) foi inaugurada a Usina Siderúrgica da Bahia (Usiba), assim mesmo com o seu projeto severamente mutilado e com escala insuficiente para oferecer aqueles efeitos indiretos previstos. Ademais, tornara-se uma proposta tecnologicamente defasada em relação à composição do parque de bens de capital na escala nacional e à composição dos bens constitutivos do consumo regionalmente organizado. A empresa, no final da década de 1980, foi privatizada, passando para o controle do grupo Gerdau.

Ainda na área industrial o Plandeb prevê a construção de uma “cidade industrial” que viria a ser o Centro Industrial de Aratú, na sua concepção de 1967.

O espaço limitado não permite que se examinem outros seis programas do Plandeb que contemplam as áreas do urbanismo, turismo, educação e cultura, saúde, serviço público e pesquisa e documentação aos quais foram destinados 23,42% dos recursos estimados. Trata-se de uma leitura que vale a pena, até mesmo pela sua atualidade.

Conclusão

O Plandeb foi elaborado quase na mesma época em que a equipe coordenada por Celso Furtado desenvolvia o relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN, que foi intitulado como *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste* (1959). Embora contemporâneos, esses planos são, contudo, fundamentalmente diferentes na essência de suas estratégias industriais. Enquanto o GTDN propunha um modelo autônomo, visando a repetir, no Nordeste, o desenvolvimento capitalista do Sudeste, o Plandeb refletindo a experiência adquirida pela equipe que o concebeu, em trabalhos anteriormente realizados para o governo federal, propunha um modelo de integração ao desenvolvimento do próprio Sudeste, como caminho para chegar-se ao desenvolvimento sustentável da Bahia.

Os desdobramentos de cada um dos planos, no que toca à natureza das empresas por eles engendradas, eram, naturalmente, também diferentes. Enquanto o GTDN objetivava um processo regional de substituição de importações, o Plandeb, a despeito de constituir um plano bem articulado e que objetivava o desenvolvimento da Bahia em todos os setores, contemplando a adoção de programas e projetos integrados para a agricultura, indústria e comércio, além da infraestrutura física e urbano-social do Estado, adotava como estratégia de alavancagem do desenvolvimento local a promoção da grande empresa dedicada à produção dos bens intermediários, visando aos mercados da região Sudeste. A adoção dessa estratégia de “desconcentração concentrada” fez com que a Bahia se transformasse, ao longo do tempo, numa grande produtora de intermediários sem conseguir desenvolver, como foi imaginado no Plandeb, um parque de transformação de produtos finais que promovesse um efeito *linkage* e internalizasse convenientemente a industrialização em seu território. De exportadora de *commodities* agrícolas, a Bahia passou à condição de

exportadora de *commodities* industriais.

Por seu turno, a estratégia do GTDN, descolada da dinâmica do capitalismo nacional, também não prosperou. Sobrava-lhe idealismo enquanto faltava-lhe pragmatismo.

As propostas do Plandeb não foram assimiladas no planejamento da Sudene. Celso Furtado considerava que, se assim o fizesse, estaria criando problemas com os demais estados da região, bastante atrasados em relação a Bahia.

Duvidando do modelo concentrador do plano de metas, o Plandeb considerava a possibilidade de articulação entre a reestruturação agrícola e um parque industrial. Do mesmo modo em que considerava o maior potencial para geração de empregos no desenvolvimento da agricultura, o plano baiano destacava, reversivelmente, o papel das indústrias como absorvedoras de mão-de-obra excedente do campo e como mercado para os produtos agrícolas. Indústria e agricultura se integrariam na periferia do sistema. As metas do Plandeb compreendiam a criação de um sistema que ampliasse ao máximo as possibilidades de fixação de capital endógeno, potencializando não somente as possibilidades de emprego, mas também a qualidade do emprego, através da produção de artigos de consumo básicos que aliviasses a pressão do déficit do comércio interno. Esse processo elevaria a renda *per capita* que representava, em 1957, 47% da renda *per capita* nacional. Neste sentido, a estratégia baiana de desenvolvimento divergia essencialmente do plano federal, claramente dita no próprio Plandeb e em entrevistas de Almeida: “A Bahia ficou relegada para outra época, seja pelas condições políticas já ultrapassadas, seja pela *duvidosa doutrina* de concentrar todos os recursos nacionais no *suposto centro dinâmico* do país, a fim de que daí se possa irradiar mais tarde o progresso para o resto do Brasil.” “Pensar a substituição de importação em nível regional. Não podia. O erro da Sudene foi pensar nos projetos na escala do mercado regional.” “Além disso, escaramuças pessoais entre Almeida e Furtado terminaram por reforçar o próprio contexto de divergência de

projetos: “Acho que a chance que ainda houve foi de uma aliança entre Rômulo e Celso Furtado, só que no começo os dois brigaram porque, na verdade, Rômulo esperava ser indicado pra Sudene. Então, houve uma queda-de-braço entre os dois e até a Bahia se compor com Celso passou algum tempo, e tem muita história debaixo da mesa que não vai se falar... Quer dizer, eu próprio, o grupo do planejamento baiano, me dava com dificuldade com o pessoal da Sudene, até com meus amigos. Até hoje sou amigo do Chico de Oliveira. Ele veio pra cá. Antes tinha sido meu colega. Veio pra cá no escritório da Sudene e eram posições diferentes. (SANTANA, apud SOUZA e ASSIS, 2006 p.269).

Pode-se dizer que, entre a concepção e a viabilização, o planejamento na Bahia, em que pese também ao idealismo dos seus formuladores, sempre foi pragmático. Os planejadores baianos buscaram sintonizar-se com as tendências da política econômica do governo federal e elegeram as oportunidades possíveis de exploração dos recursos disponíveis, no contexto da expansão do capitalismo nacional e internacional. Parece que os planejadores baianos acreditavam sinceramente nos efeitos geradores de emprego das grandes empresas produtoras de intermediários, o que produziria a decolagem das indústrias transformadoras de bens finais, além de efeitos modernizadores e de integração com a base agrícola estadual, o que, de fato, não ocorreu, pelo menos na dimensão esperada.

O Plandeb significou mais do que um plano. Representou um amplo projeto para a Bahia, cuja ambição consistia na promoção do seu desenvolvimento econômico e social, com propostas que extrapolavam a simples duração de um mandato governamental e com um escopo bastante avançado para uma sociedade atrasada, conservadora, ignorante e reacionária, como era a baiana daquele tempo.

“ *Pode-se dizer que, entre a concepção e a viabilização, o planejamento na Bahia, em que pese também ao idealismo dos seus formuladores, sempre foi pragmático...* ”

Final, tendo sido elaborado no governo de Antonio Balbino, previa a sua execução no período de 1960 a 1963, correspondente ao governo de Juracy Magalhães.

Evidentemente, não deu certo. Para que isto acontecesse ter-se-ia que “mudar” a cultura do povo e das suas classes dirigentes.²¹

Alguns dos seus projetos e das suas propostas somente viriam a se concretizar, de forma fragmentária e assistêmica, nos programas posteriores dos governos baianos que se sucederam na segunda metade do século XX.²²

Ademais, ao divergir do planejamento da Sudene e conseqüentemente do governo federal o plano perdia sustentação financeira em que pese as expectativas manifestadas pela equipe que o elaborou.

Referências

ALMEIDA, Aristeu Barreto de. Estudo comparativo da renda na Bahia. In ALMEIDA, Rômulo Barreto de (Coord.). **Situação e problemas da Bahia** – 1955: recomendações de medidas ao Governo. Salvador: Centro de Planejamento e Estudos (CPE), 1982.

ALMEIDA, Rômulo Barreto de. (Coord.) **Situação e problemas da Bahia** – 1955: recomendações de medidas ao governo (*Pastas Cor de Rosa*). Salvador: Centro de Planejamento e Estudos – CPE, 1982. Não publicado.

²¹ As marcas da escravidão se reproduziam num sistema oligárquico clientelista e nepotista absolutamente impermeável aos processos de mudança do *status quo*.

²² Programas estes sem o estofamento intelectual do Plandeb e que pomposamente se auto-intitulavam de “planos de governo”.

BAHIA, Fundação Comissão de Planejamento Econômico (CPE). **Plano de Desenvolvimento da Bahia**: PLAN-DEB, 2ª minuta. Salvador, 1960. Não publicado.

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). **PIB da Bahia**: 30 anos em análise. Salvador: 2006.

BRASIL. Presidência da República – Grupo de Trabalho para o desenvolvimento econômico do Nordeste (GTDN). **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**.

te. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1959.

CALMON, Francisco Marques de Góes. **Vida econômico – financeira da Bahia**: elementos para a história de 1808 a 1899. Salvador: CPE, 1978.

LISBOA, José da Silva (Visconde de Cayrú). **Princípios de economia política**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1956.

PEDRÃO, Fernando Cardoso. Planejamento e crítica: a contribuição de Inácio Rangel. Salvador: **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v, 3 janeiro de 2000.

SOUZA, Aristeu; ASSIS, José Carlos de. **A serviço do Brasil**: a trajetória de Rômulo Almeida. Rio de Janeiro: Caravansarai, 2006.

SPINOLA, Noelio Dantaslé. **A trilha perdida**: caminhos e descaminhos do desenvolvimento baiano no século XX. Salvador: Editora da Unifacs, 2009.

TOSTA FILHO, Ignácio. **Plano de ação econômica para o Estado da Bahia**: Banco da Produção. Salvador: Imprensa Oficial, 1948.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

O Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS, de nível acadêmico, tem como objetivo associar as atividades de ensino, pesquisa e extensão à realidade baiana e nordestina, sem perder de vista o contexto da formação de uma sociedade global. Na realização das suas atividades vem se convertendo em um ponto de referência nos estudos da problemática regional e urbana, do turismo e do meio-ambiente, com ênfase para as questões relacionadas com o desenvolvimento sustentado de regiões. Neste sentido, tem procurado construir um embasamento teórico para a reconstrução crítica do processo histórico do desenvolvimento regional, apresentando novas propostas para a solução dos problemas que limitam o crescimento econômico na região, mediante a realização de pesquisas e a definição de novas formas de viabilização econômica de programas e projetos, nas áreas de sua concentração de estudos. A multidisciplinariedade de seu corpo docente (geógrafos, economistas, urbanistas, arquitetos, sociólogos, administradores) contribui para uma formação diversificada e individualizada de seu corpo discente. Nessa trajetória, o PPDRU consolidou a sua atuação perante a sociedade baiana, como também no âmbito nacional. Em 2003, associamo-nos a ANPUR (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional), entidade que reúne a grande maioria dos institutos de pesquisa localizados no Brasil

